

Francisco


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 46

Aos treze dias do mês de Outubro de mil novecentos e noventa e dois, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na segunda reunião da sessão ordinária do mês de Setembro, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais João Ferreira dos Santos e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, José Mendes Macedo Loureiro, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Pereira Cabral Monteiro, José Luís

Ferreira *A.* *gomes*

Rebocho de Albuquerque Christo, José Carlos da Silva Neves, José Alberto Martins de Carvalho, Fernando Santos Silva, Victor Manuel Cepeda Mangerão, José Jorge da Costa Pôncio, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, António Ferreira da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, António Óscar Moreira Paulo, Elias de Oliveira Vieira, João Ferreira da Peixinha, Ester da Conceição Rocha Martins e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18,00 horas, o Presidente da Mesa, declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Élio Manuel Delgado da Maia, Joaquim dos Santos Abreu, Libério da Silva Santos, Jorge Manuel do Nascimento, Victor Manuel Barradas de Carvalho Sequeira, Arlindo de Macedo Bastos, Rogério Mário Madail da Silva e Celso de Sousa Figueiredo Gomes.

Imediatamente a seguir o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentadas pelos Vogais João Ferreira da Peixinha, Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, Fernando Tavares Marques, Libério da Silva Santos e Celso de Sousa Figueiredo Gomes.

Seguidamente o Presidente da Assembleia, declarou aberto o período de antes da ordem do dia, cuja duração será de sessenta minutos, conforme o estipulado no Regimento.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o referido período, usou da palavra o Vogal António Ferreira da Silva, que começou por se referir à deficiente funcionalidade da nova Praça José Rabumba, já que os automobilistas que circulam naquela Praça, fazem-no com bastantes dificuldades. Apesar de não querer pôr em causa o projecto urbanístico e de estética daquele local, é de opinião que seria de proibir alguns estacionamentos de veículos, os quais estão na origem deste problema.

Prosseguindo, começou por pôr em causa a legitimidade do que tem sido publicado na imprensa, relativamente às tomadas de posição da Câmara de

Their *F.* *peix*

Aveiro ou do seu Presidente, em relação à vizinha Coimbra e por analogia com a zona Centro do País, segundo este Vogal no que diz respeito a matéria de rede viária, já que não se defende a melhoria do I.P.5, defende-se o Eixo Peninsular não tendo nada contra Coimbra considerou que está a haver demasiada subser-
viência, comentando seguidamente que há anos se aceitava Coimbra como Centro Político e não económico. Todavia agora já está escrito que se aceita Coimbra como Centro Político e Económico. Assim por este andar, disse não saber qualquer dia que posição é que Aveiro irá reivindicar numa possível regionalização (pensando que nem sub-região para Coimbra).

Seguidamente usou da palavra o Vogal João Peixinha, para se referir à Circular de Esgueira e ao mau estado do pavimento em que se encontram alguns locais da mesma, concretamente lombas e asfalto levantado, originando por isso bastantes inconvenientes para o trânsito que se faz no local. Disse ainda que nesta circular não se encontra qualquer sinalização a alertar o automobilista para os perigos que resultam do mau estado do pavimento, considerando por isso que é necessário que se promovam diligências com vista à resolução do problema. Disse também que tem sido prática corrente fazerem-se circulares, sem depois haver a preocupação de se construírem os respectivos acessos. Chamou ainda atenção para a falta de visibilidade existente no Cruzamento do Olho de Água/Mataduros, sendo o mesmo extremamente perigoso, colocando a cada momento em risco de vida todos aqueles que por lá passam; não deixando de salientar também os vários acidentes que se têm dado naquele local, sem que a Câmara até ao momento nada tenha feito com vista a solucionar o problema.

Prosseguindo, alertou para a necessidade de se remodelarem as barracas dos engraxadores situadas debaixo dos Arcos, já que as mesmas se encontram degradadas, dando por isso uma má imagem daquele local.

A finalizar, lamentou que se tenha passado mais um Verão, sem que a Câmara tenha avançado com a construção do Parque de Campismo.

Usando seguidamente da palavra para se referir à questão da falta de "quórum" verificada aquando da última convocatória da Assembleia Municipal, o Vogal Custódio Ramos começou por dizer que é normal qualquer membro deste órgão faltar a uma reunião, já que se trata de um direito que qualquer membro da Assembleia tem; todavia considerou que quando as coisas são concertadas com vista a provocar a inexistência de "quórum", vexam e humilham os outros membros que compareceram à reunião. Lamentou profundamente o que se passou e fez um protesto veemente pelo ocorrido, advertindo ao mesmo tempo a Mesa de que os cargos ocupados pelos seus membros não são vitalícios e que se tal voltar a acontecer obviamente que terá que apresentar uma proposta de demissão da Mesa, já que conside-

Alves *L.* *July*

rou que a atitude demonstrada pela Mesa (não comparência de nenhum dos seus elementos) é inconcebível, considerando ainda que com este tipo de procedimento a Assembleia Municipal sai desprestigiada e a Câmara perante a opinião pública continua a projectar uma boa imagem, que em sua opinião não merece.

A finalizar a sua intervenção, pôs ainda em causa a política de geminações seguida pela Câmara com outras cidades do Mundo, parecendo-lhe abusivo e inadequado o que se tem vindo a fazer nos últimos anos no âmbito desta matéria. Por tal facto, pretendeu saber o que é que de positivo traz para o Município as referidas geminações, uma vez que em sua óptica tal política apenas dá passeios e férias pagas à custa do erário público, acontecendo que muitas das vezes não há dinheiro para esta ou para aquela obra, mas tem que haver dinheiro para passar, em suma para passar férias à custa do erário Municipal e dos impostos que todos os cidadãos pagam.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Teixeira Santos.

Usou seguidamente da palavra o Vogal António Salavessa, que começou por dizer que subscreve o essencial das considerações do anterior Vogal relativamente à questão da falta de "quórum" verificada na última reunião.

Prosseguindo e referindo-se à polémica que se tem vindo a gerar em torno do chamado "Eixo Peninsular" reivindicado por outras áreas do País e que é apresentado em contradição com o previsível desenvolvimento do I.P.5, disse que sobre tal matéria a D.O.R.A.V. do P.C.P., tomou recentemente uma posição e que é a de que o seu partido não tem nada que contrariar interesses e reivindicações de outras regiões, mas sim defender com toda a força o alargamento do I.P.5 para Auto-Estrada, defendendo também a conclusão do I.P.5 até ao local onde está previsto, de igual modo o aumento da segurança naquela via, com a ideia de que caso isto aconteça não se tem nada a temer em relação à concorrência de outras regiões, que a existência do I.P.5 alargado e melhorado, provará qual é de facto a melhor ligação do País à Europa e haverá toda uma região a Norte e a Sul de Aveiro, cuja saída será sempre através do I.P.5.

Referiu ainda, que em sua opinião esta questão surge um pouco por isto: - mais uma vez o facto do distrito estar dividido em duas C.C.R.C., (Comissões Coordenadoras da Região Centro), leva a que o Centro do distrito perca peso em relação aos dois Centros das C.C.R.C.'s, em relação ao Porto e em relação a Coimbra e em que os interesses desta Região não sejam convenientemente defendidos. Também em relação ao I.P.5, disse que o seu partido continua a defender, embora não esteja previsto a existência de um nó-rodoviário, no final do troço do I.P.5, na Barra, todavia pensa-se que seria de grande utilidade que o mesmo fosse considerado.

F. Pereira *J.* *Paulo*

Relativamente à eventual construção de uma Ponte, atravessando o Canal, junto do "Café Gato Preto", disse que a C.D.U., gostaria que ficasse bem claro que a sua posição em relação a esta matéria é que nem em último recurso, isto é, seria preciso que fosse de facto demonstrada uma situação de absoluta emergência para que o seu partido estivesse de acordo com esta solução, isto porque se trata de uma zona que é o Centro Histórico de Aveiro e que se deve preservar tudo aquilo que marca a identidade de uma região, de uma cidade. Por outro lado, referiu que se o argumento para a hipotética ponte é o de libertar a Ponte Praça da pressão que tem e que ao fim e ao cabo reflectindo bem é uma pressão que não é tão grande nem que se compara com pressões que existem nalguns centros de outras cidades, entende por isso, que antes de se avançar para uma eventual construção da referida ponte, há ainda muito que pode ser feito para aliviar a pressão sobre a Ponte Praça. Em síntese, disse ser possível ir mais longe nesta discussão (trânsito) e no quadro geral de uma discussão dos problemas de trânsito no concelho de Aveiro, é bem possível chegarem-se a soluções que ponham absolutamente de lado a ideia de mais uma ponte em frente ao "Café Gato Preto".

Seguidamente apresentou na Mesa para que seja submetida à discussão da Assembleia, uma Moção, que se prende com as verbas do F.E.F. e com o cumprimento da Lei das Finanças Locais, por parte da Administração Central.

Finalmente e no âmbito da política internacional, concretamente no que respeita a Angola, referiu que tendo em conta que o Dr. Jonas Savimbi foi tão bem recebido no Município de Aveiro, elogiado no Município de Aveiro, em particular pelo Sr. Presidente da Câmara; e partindo do pressuposto que existe um bom relacionamento entre o Município e aquela personalidade, disse entender que talvez fosse oportuno dirigir-lhe um apelo para que aceite o resultado das eleições Angolanas, expressas no voto.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Victor Martins.

Seguidamente o Vogal Vitor Mangerão, começou por manifestar também o seu desagrado relativamente à falta de "quórum" que se verificou na última reunião da Assembleia Municipal. Segundo este Vogal, de facto não foi bom o que aconteceu, não tanto pela capacidade de entendimento ou de encaixe dos membros desta Assembleia, mas sobretudo por causa de algumas especulações, de algumas ironias "fáceis e parvas" que o assunto suscitou no exterior.

Referindo-se seguidamente à hipotética construção de uma nova ponte sobre o canal, concretamente em frente do "Café Gato Preto", salientou que tal questão é extremamente importante e a história de uma nova travessia do

thing
A.
July

canal é velhíssima; é óbvio que há muito tempo se pensa (quando se colocam problemas de trânsito), na nova travessia do canal. Todavia, referiu que o que pessoalmente o surpreendeu, foi ver a questão posta em termos jornalísticos, revelada ao público como se ^{se} tivesse descoberto o "ovo de Colombo" e ainda por a grande novidade vir de um gabinete técnico privado, que pressurosamente (possivelmente com um grande sentido crítico e de amor à terra) chegou a essa brilhante conclusão e resolveu oferecer esse estudo à Câmara como contributo para a resolução dos problemas do trânsito na baixa Aveirense. Prosseguindo, salientou que uma Câmara que está a finalizar o P.D.M., que já o devia ter finalizado, uma vez que no ano passado por esta altura dizia que já tinha praticamente concluído o seu Plano Director Municipal (não esquecer que se está em prorrogação de prazo), uma Câmara que nesta Assembleia tem sido sistematicamente desde o primeiro dia instada para responder o que é que pensa fazer, instada a emendar omissões que constantemente se registam nos problemas de trânsito, fica ela própria contentíssima agradecidíssima ao gabinete e diz: - "salvo aqui o problema do impacto ambiental, parece que realmente esta solução não é má".

Assim, não deixou de fazer as seguintes interrogações: - será que a Câmara nunca tinha pensado nisso? então no Plano Director não está nada previsto em relação à reorganização do trânsito na cidade? então o tal Plano de Trânsito que o Sr. Coronel Martinho disse que estava em curso, que havia estudos feitos etc.; então não há nada que fale em termos de soluções do trânsito da cidade? é preciso um Gabinete acordar uma bela manhã cheio de generosidade e caridade e oferecer à Câmara o referido estudo e a Câmara fica toda contente porque alguém lhe ofereceu isso. Ficando por isso admirado como é que é possível a Câmara ficar nesta situação.

Prosseguindo e referindo-se a uma notícia publicada nos Órgãos da Comunicação Social sob o título: -"Propostas para o futuro do recinto de feiras", na qual se dizia que alunos do Planeamento da Universidade de Aveiro, pretendiam fazer uma exposição, propondo várias soluções alternativas para a implantação do futuro recinto de feiras, considerando que se forem tomadas iniciativas do género, portanto de abrir à participação da comunidade a possibilidade de soluções para os problemas da Câmara, do concelho, então a Câmara e a Assembleia que assumam isso, pois entende que até seria salutar já que poderia dar imensos frutos e até poupar dinheiro ao erário Municipal, inclusivé porque se um estudo destes, por exemplo se for transformado em projecto e for aprovado até pode vir de graça ou pagar-se por hipótese com umas bolsas de estudo ou com uma viagem ao estrangeiro dos estudantes deste curso, o que já não acontecerá se for um gabinete técnico privado que apresente uma proposta à Câmara; em suma considerou que se tem que definir de uma vez por todas estes aspectos. Referiu-se também a al-

guns locais da cidade que geram conflitos de trânsito e à necessidade de acabar com os mesmos, querendo saber também qual o ponto da situação do P.D.M.. A finalizar abordou ainda a problemática das geminações, referindo que a política de geminações devia ter uma componente cultural assumida de uma forma mais clara. Muito embora considere que uma Câmara como entidade pública representativa de uma região tem também obrigações de representação política, pessoal e neste caso pessoal, um Presidente da Câmara para lá da pessoa é evidentemente um Chefe do Executivo e deve representar o Município, simplesmente há certas exigências que têm que ser cumpridas e reportando-se ao longo historial de geminações que este Município já consolidou, desde Belém do Pará que ficou completamente no esquecimento, passando por Oyta e por algumas cidades de França, Itália e também nos P.A.L.O.P.'s, considerou que tudo isto deveria ser assumido com a dignidade que este fenómeno merece, podendo rentabilizar-se isto de uma forma séria; todavia disse parecer-lhe que não há uma política definida de aproximação cultural, enfim de disseminação da imagem de Aveiro que traga aquilo para que as geminações servem, ou seja são coisas que se devem traduzir em aproximações concretas no campo prático que façam com que sejam proveitosas as geminações, por exemplo no campo cultural, no campo da juventude, no campo comercial, do investimento industrial, havendo imensas áreas, no entanto verifica-se que nada disso tem sido rentabilizado.

No uso da palavra o Vogal Armando Vieira, referiu-se a uma notícia publicada na Comunicação Social relativa ao asfaltamento da ex-E.N. 235. Disse se ter ficado surpreendido com a mesma, já que há alguns anos tinha sido promovido um concurso com vista à recuperação do pior troço desta estrada, concretamente a Baixa de S. Bento/Costa do Valado; todavia na altura não foi possível executar essa obra pelo facto de não existirem alternativas ao tráfego, o que de facto era compreensível, no entanto essas alternativas hoje são já possíveis através da Variante Mamodeiro/Aveiro, porém constata-se com grande surpresa que o asfalto vai ser colocado apenas a meio da já referida E.N. 235. Salientou que discordava desta medida e por isso fez um apelo ao Executivo Municipal, para que pondere a questão e não proceda dessa forma, já que ao pôr em prática tal medida, a Câmara, em sua opinião será alvo de fortes críticas por parte das populações. A finalizar solicitou a colocação rápida de parcómetros na área da Câmara, com vista a que os Presidentes de Junta, sempre que tenham que se deslocar à Câmara em serviço, possam estacionar, mesmo pagando esse estacionamento, já que até aqui não têm tido o direito a estacionar nos espaços reservados à Câmara, apesar de pessoalmente ter solicitado um cartão para esse efeito que poderia ser utilizado por todos os Presidentes de Junta.

Heinry ~~1~~ *juny*

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Manuel António, lembrou que se iniciou mais um ano escolar e que as Escolas de Esgueira, continuam sem passeios, sem qualquer protecção em relação à linha férrea do Vale do Vouga. En tende que já é mais que tempo de proceder a esses arranjos, até porque a população escolar aumentou consideravelmente, tornando-se por isso necessário preca ver algum eventual acidente. Disse também ser necessário e urgente a colocação de um sinal luminoso que alerte as pessoas para a passagem da Auto-Motora, referindo ainda que futuramente o traçado daquela via férrea deverá ser alterado, já que passa mesmo junto das Escolas, sendo por isso um potencial perigo para quem circula naquele local.

Imediatamente a seguir o Presidente da Assembleia, Encarnação Dias, deu pormenorizadas explicações relativas às razões que motivaram a falta de "quórum" na última sessão da Assembleia.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Rogério Leitão.

Usando seguidamente da palavra o Sr. Presidente da Câmara, começou por se referir à questão dos arranjos envolventes das Escolas de Esgueira, informando que os mesmos já se encontram adjudicados.

Relativamente à supressão da Passagem de Nível neste local, dis se que têm decorrido nos últimos dois meses, depois da elaboração do Plano de Su pressão das Passagens de Nível da linha Norte e por insistência da Câmara junto da C.P., pressionando para que o Ramal do Vouga tenha uma solução, tendo em conta que o mesmo tem sido ao longo dos anos palco de vários acidentes mortais, quer no acesso à Zona Industrial do lado do Solposto, quer ainda em toda a zona de Ei xo. Todavia a Lei que define as comparticipações por parte da D.G.T.T. (Direcção Geral dos Transportes Terrestres) não contempla as linhas de via reduzida; no en tanto a Câmara tem insistido com a C.P. e neste momento a C.P. está a estudar o futuro do Ramal de Aveiro e nomeadamente o problema da supressão das Passagens de Nível, esperando-se que a curto prazo, seja possível também estabelecer um Protocolo de Supressão das Passagens de Nível na linha do Ramal de Aveiro. Rela tivamente à ideia do "sinal luminoso", disse que é uma sugestão, no entanto con siderou que dificilmente será aceite pela C.P.. Disse ainda com alguma reserva, que está a ser feito um estudo pela C.P. com vista a que o Ramal de Aveiro fique eventualmente em Azurva e que esse estudo poderá estar concluído dentro de três meses.

Thiery

No que respeita à questão do asfaltamento da E.N.235, disse que neste momento está adjudicado o asfaltamento do troço que vai do cruzamento da Rua do Marco, em S. Bernardo, até Vilar. Considerou que de facto esta estrada tem outros troços que não estão em boas condições, nomeadamente a Baixa de S. Bento, porém e atendendo a que a Baixa de S. Bento é extremamente curta e está bastante degradada, admitiu que poderá haver uma conversa com os técnicos, no sentido de se efectuar uma medição, desde o cruzamento de S. Bento até ao limite do paralelo na Costa do Valado, podendo eventualmente fazer-se uma extensão da empreitada inicial e rectificar-se o pavimento desta zona.

Prosseguindo, salientou que a Câmara optou por fazer apenas este troço na convicção e pela constatação de que se trata do troço mais degradado. Por outro lado, referiu ainda que se trata de um volume de obra muito grande e para não fazer tudo de uma vez, a Câmara decidiu fazer já o referido troço e no próximo ano fazer o restante. Referiu também que para lá da Rua do Marco, concretamente na Rua Cega, a Câmara decidiu não fazer qualquer intervenção já que esta artéria tem problemas sérios em termos de saneamento e de rede de águas, esperando contudo poder resolver o problema da água a curto prazo até à entrada da freguesia da Oliveirinha.

Relativamente à questão do estacionamento reservado aos Presidentes de Junta, junto à Câmara, disse que achava bem e que iria procurar solucionar o problema. No que respeita à problemática relacionada com a implantação de uma nova Ponte sobre o canal, disse não ter havido uma proposta concreta, houve de facto um abordar do problema que foi levado a uma reunião de Câmara, mas que não se avançou para qualquer tipo de proposta concreta, já que a Câmara está também consciente das dificuldades que há em fazer uma nova Ponte e do grave dano que se pode causar do ponto de vista paisagístico aquela zona do Canal.

No que se refere à questão do P.D.M., não deixou de manifestar também o seu desagrado e preocupação, já que se anda desde Junho para fazer a reunião da R.E.N. (Reserva Ecológica Natural), a qual por vários motivos não se tem podido efectuar, sendo a última das reuniões sectoriais do P.D.M. que falta efectuar, estando a mesma marcada para o dia 29 do mês em curso. Disse esperar que seja efectivamente a última para começar todo o processo de aprovação, uma vez que o não andamento do P.D.M. causa problemas de gestão complicados, esperando-se que nesta reunião sejam finalmente aprovadas as propostas de exclusão das áreas da R.E.N., que salientou ser das fases mais difíceis e em que interferem nada mais nada menos que doze entidades que têm que ser unânimes na decisão, a qual posteriormente será apreciada em Lisboa na D. G.O.T. e nos Serviços competentes.

Relativamente à questão da Ponte de Pau a Câmara considera que se trata de facto do conflito mais grave em matéria de trânsito na cidade, informando que está a concurso o projecto para um estudo desta zona que inclui nomeadamente a construção de três novas pontes, comprometendo-se a trazer a esta Assembleia o referido estudo assim que o mesmo esteja concluído.

Quanto à polémica gerada em torno do "Eixo Peninsular", disse que as afirmações que fez são muito mais completas e que o que foi transcrito para o jornal foi apenas a primeira parte da afirmação, ficando por isso "truncada a ideia" e que as afirmações feitas estavam inseridas num determinado contexto, ou seja: -"disse ter que aceitar hoje com este esquema de regionalização que á é t á e que vem sendo posto em prática com uma política de facto consumado, de colocação em Coimbra dos Serviços Regionais, tenho que aceitar como Presidente de Câmara, tenho que trabalhar com esta realidade - Coimbra é hoje neste esquema de Regionalização a capital administrativa da pseudo Região Centro e eu idigo pseudo Região Centro, porque nós não estamos face a uma Região e eu também fiz muitas vezes outras afirmações que não são ditas, que eu defendo que a Regionalização deve ter por base o distrito e que o distrito de Aveiro não devia ser espartilhado e que quer o distrito de Aveiro pertença a uma Região ou outra eu não defenderia que fosse à Região Norte, mas a uma Região Norte/Centro e também fiz afirmações destas há pouco tempo em plena crise do Eixo Peninsular, começava a ganhar forma uma Região - Aveiro/Viseu/Guarda, felizmente, chamemos - lhe também impropriamente Região e eu fiz essa afirmação e essas não são transcritas efectivamente nos jornais, mas disse que não concordava e está á dito nessa afirmação e está no texto que não concordava com o centralismo de Coimbra e que para a Região Centro devia de ser defendido um esquema policêntrico e multipolar e isso não é dito nessa mesma notícia - policêntrico e multipolar porque a Região Centro pode ter um esquema de desenvolvimento típico diferente de todos os outros esquemas de desenvolvimento das Regiões Norte e Sul. Determinada região sul, tem o seu grande centro de atracção em Lisboa, a Região Norte tem o seu grande centro de atracção no Porto, estamos perante um fenómeno de bipolarização clara a nível Nacional e a Região Centro tem polos como Aveiro, Viseu, Castelo Branco, Leiria, Coimbra, que cada um deles devem ter a sua importância Regional e para eles devem ser centralizados serviços de acordo com o desenvolvimento económico e social de cada um deles". Foi este o contexto em que foi feita a sua afirmação. Todavia salientou também que tais afirmações foram feitas numa reunião extremamente violenta, dura, e difícil, para neutralizar o "Eixo Peninsular", porque o referido "eixo", era gravoso para Aveiro e para o I.P.5, isto porque no Plano ou nas linhas orientadoras dos contributos para o Plano do Desenvolvimento Regional que foi apresentado pela C.C.R.C.,





não há qualquer tipo de referência ao alargamento do I.P.5, bem como também não houve qualquer tipo de referência ao "Eixo Peninsular" e o Eixo Peninsular não era nem mais, nem menos que um projecto de uma Auto-Estrada, terminando algures em Pombal, ligando o interior a norte de Castelo Branco, Segur a Monfortinho, com ligação a Madrid, segundo a sua opinião, isto tem projecções em Espanha e preten- dia-se aqui num "lobby" político da mesma força política que emitiu o Comunicado em Aveiro, pretende-se influenciar o esquema Espanhol para que a referida Auto - -Estrada Madrid/Monfortinho, fosse feita, (porque ela já vem de Madrid para cá) para ligar a uma perpendicular ou paralela ao território Nacional, que ligará ao Sul de Espanha, esquecendo-se assim a 620 espanhola que é a nossa estrada e o nos so acesso à Europa. Prosseguindo disse pensar que o referido eixo tenha passado à história, realçando ainda a importância das Câmaras Municipais de Viseu e Guar da, que fizeram um bloco muito sério com Aveiro, contra o Eixo Peninsular, em de fesa do I.P.5, referindo que hoje mais que nunca a defesa dos interesses de Avei ro passam por Viseu e de igual modo a força de Viseu e a autonomia de Viseu, pas sa por esta ligação com Aveiro, isto, para não ser esmagada a Sul e a Norte e a solidariedade Aveiro/Viseu/Guarda funcionou plenamente contra o Eixo Peninsular. Tendo sido dito também nessa reunião, que era preciso incluir no Plano de Desen- volvimento Regional 94/97, o alargamento do I.P.5 e melhoria e reconversão do I.P.5.

Relativamente à construção de um nó rodoviário no extremo do I.P. 5, na Barra, disse pensar que o projecto prevê a construção do referido nó.

No que se refere à política de geminações, considerou que a Câma- de Aveiro tem de facto geminações a mais, pensando mesmo que é preferível deixar cair algumas que não tiveram continuidade nem têm condições para ter essa conti nuidade; em relação à ida ao Brasil, disse pensar que naquele país existem de facto vários interesses afectos ao nosso país e no caso concreto a Aveiro, liga ções de índole cultural e até sócio-económica, que se tem vindo a fazer sentir através das Comunidades Portuguesas, radicadas naquele país. Neste momento veri fica-se também um fluxo migratório do Brasil para Portugal e que a região de Avei ro pode em seu entender aproveitar, incentivando essas pessoas a investir em Avei ro.

Disse ainda, que aquando da sua deslocação àquele país, abdicou do seu vencimento. Saliou também que a Câmara tem tido algum cuidado em não ade - rir a certas geminações que lhe são propostas, todavia pensa que em determinadas circunstâncias não se pode evitar algumas ligações e que uma vez ou outra é mes- mo uma obrigação e que também não foi com o espírito de ir de férias que se des- locou ao Brasil.

Finalmente e relativamente aos assentamentos de terreno verificados nos acessos a Matadugos, informou que a Câmara ainda não fez a recepção definitiva da obra, pelo que o empreiteiro deverá rectificar essa situação. Quanto às barracas instaladas debaixo dos "Arcos" e que dão de facto mau aspecto, disse que foi feito um projecto e neste momento estão já encomendadas e oportunamente a Câmara irá proceder à sua colocação.

Novamente no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, disse que retirava as criticas inicialmente por si tecidas em relação à Mesa da Assembleia, uma vez que o seu Presidente informou que de facto fez as diligências necessárias no sentido de que a Assembleia funcionasse; tendo considerado por isso que se poderia ter evitado tais críticas se logo de início fosse dada uma explicação a esta Assembleia sobre as razões que motivaram a ausência dos membros da Mesa, estando por isso o problema ultrapassado em relação à Mesa; todavia disse que quanto à bancada do C.D.S. em si mesma, a questão é outra. A finalizar teceu alguns comentários relativos à política de geminações seguida pela Câmara.

Seguidamente o Vereador Celso Santos, reiterou a política de geminações seguida pela Câmara, enunciando algumas actividades de índole cultural e sócio-económica que se têm vindo a desenvolver no âmbito desta matéria.

Imediatamente a seguir o Presidente da Assembleia, interrompeu a reunião para o jantar na Cantina Municipal.

Eram 20,00 Horas.

2ª. PARTE

Pelas 21,30 Horas, foram retomados os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais João Ferreira dos Santos e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia, José Mendes Macedo Loureiro, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Víctor Manuel da Silva Martins, Rogério da Silva Leitão, Manuel Pereira Cabral Monteiro, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, José Carlos da Silva Neves, José Alberto Martins de Carvalho, Fernando Santos Silva, Víctor Manuel Cepeda Mangerão, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, An-



tônio Ferreira da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, Antônio Óscar Moreira Paulo, Elias de Oliveira Vieira, João Ferreira da Peixinha e Antônio Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Joaquim dos Santos Abreu, Libério da Silva Santos, Victor Manuel Barradas de Carvalho Sequeira, Arlindo de Macedo Bastos, José Jorge da Costa Pôncio, Rogério Mário Madail da Silva e Celso de Sousa Figueiredo Gomes.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa submeteu à consideração do plenário a admissão ou não da Moção apresentada na primeira parte da reunião pelo Vogal Antônio Salavessa e cujo teor se transcreve:

MOÇÃO

Francisco Sá
J. Pereira Sousa

Considerando que:

- se encontra em discussão a proposta de Orçamento de Estado para 1993;
- em 1992 o Governo ao suspender os critérios de cálculo de fixação do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) previstos na Lei das Finanças Locais retirou aos municípios 53 milhões de contos que lhes pertenciam;
- com a alteração em simultâneo dos critérios de distribuição do FEF o Município de Aveiro apenas viu actualizada em 7% a verba recebida do OE - o que não compensa sequer a inflação prevista para o ano em curso;
- com tais decisões o Governo violou princípios de uma justa repartição de recursos entre os vários níveis de administração, contribuindo para a diminuição da capacidade financeira do Município;
- foi já reiterada pelo Governo a intenção de manter a suspensão dos critérios de aplicação do FEF anunciando a fixação do seu valor em 194,4 milhões de contos para 1993.

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em 13 de Outubro de 1992, decide:

1. Exigir que o montante global do FEF/1993 seja fixado de acordo com a Lei das Finanças Locais - 233 milhões de contos - acrescido do valor resultante da variação do IVA entre 1992 e 1993.
2. Exigir que o FEF atribuído ao Município de Aveiro tenha crescimento real para que possa corresponder às necessidades de desenvolvimento equilibrado do Concelho.

Submetida à votação da Assembleia, foi a mesma por maioria admitida à discussão.

Aberta a discussão, usou da palavra o Vogal Victor Mangerão, que começou por referir que só não votou contra a admissão da referida Moção, por um princípio saudável, que em sua opinião deve ser seguido nesta Assembleia e que consiste em que todas as Moções quaisquer que sejam devam sempre ser colocadas à discussão, tratando-se por isso de uma questão de solidariedade de uns para com os outros. Todavia, disse que obviamente terá que ser contra esta Moção, não pela questão de fundo que está levantada e que pode ser discutida em pormenor, mas porque entende que a mesma é profundamente extemporânea e porque em segundo lugar é posta em termos de exigência que nem a oposição costuma usar com o Sr. Presidente da Câmara nos momentos mais acalorados, quanto mais a Assembleia fazê-lo em direcção ao Governo numa questão tão polémica, tão intrincada como era esta. Portanto considerou que só uma discussão muito profunda sobre muitos dos problemas relacionados com as Finanças Locais, com as Autarquias, com as competências e com o processo actual do desenvolvimento Português é que poderia levar a conclusões talvez mais claras. Em síntese disse aceitar pessoalmente que se discuta a Moção em causa, porém, obviamente votará contra.

Dado que não se registaram mais intervenções, o Presidente da Mesa, submeteu a Moção em apreço à votação da Assembleia, vindo a mesma a merecer aprovação por dezoito votos a favor, sete contra e três abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Cruz Tavares, nos seguintes termos: - votei contra, pelo simples princípio de que se trata de um Fundo de Equilíbrio Financeiro. Se nós reivindicamos que somos um concelho rico, desenvolvido com níveis europeus, para haver um equilíbrio é evidente que os concelhos mais ricos têm de contribuir em alguma coisa para aqueles que estão mais deprimidos. Portanto não considero oportuna a Moção apresentada pelo Sr. Salavessa".

Também o Vogal José Luís Christo, fez a seguinte declaração de voto: - "sou das pessoas que de há muito tempo têm opinião de que os Municípios devem ter os meios financeiros para executar sem necessidade de autorizações do Poder Central para realizar as obras que devem realizar. Infelizmente as nossas organizações políticas e financeiras e não é só de agora e nem é só deste Governo, vem de há muito tempo a espezinhar o Poder Local

King & King

que eu defendo - o Poder Local só será um verdadeiro Poder Local, se para além dos poderes legítimos que lhe são atribuídos, tiver o poder económico para poder realizar e prosseguir as atribuições que lhe são concedidas. E digo que não é inoportuno, acho oportuno ao contrário do que diz o meu ilustre colega, é oportuna esta Moção; e a propósito do equilíbrio financeiro, se é certo que se trata de um fundo de equilíbrio, é um fundo de equilíbrio que existe, exactamente porque a Lei das Finanças Locais é má! porque se ela fosse boa não eram necessários fundos de equilíbrio, mas mesmo existindo os fundos de equilíbrio, o que resulta deste facto é que nem sequer a inflacção é compensada".

De igual modo, o Vogal Armando Vieira fez a seguinte declaração de voto: - "votei contra, embora a posição mais correcta seria a abstenção, dado que não disponho neste momento de elementos que me possam fazer tomar uma posição consciente. No entanto porque tenho aqui à minha frente um mapa com as distribuições, os aumentos e os prejuízos que passam haver para determinados concelhos, acho que as decisões do Governo neste aspecto não têm cariz político, porque eu vejo que são duas Câmaras do C.D.S. prejudicadas, para não falar nos outros partidos e são cinco beneficiadas, foi por isso que votei contra".

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à discussão e votação da Assembleia, as seguintes actas:

ACTA Nº. 39 - Posta à discussão e como não se registaram intervenções, foi a mesma de imediato submetida à votação, vindo a merecer aprovação por vinte e sete votos a favor e uma abstenção.

ACTA Nº 40 - Posta à discussão não se registaram intervenções. Submetida à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e sete votos a favor e uma abstenção.

ACTA Nº. 41 - Posta à discussão não se registaram intervenções. Submetida à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e quatro votos a favor e quatro abstenções.

ACTA Nº. 42 - Posta à discussão não se registaram intervenções. Submetida à votação, mereceu aprovação por vinte e cinco votos a favor e três abstenções.

ACTA Nº. 43 - Posta à discussão não se registaram intervenções. Submetida à votação, mereceu aprovação por vinte e cinco votos a favor e três abstenções.

Therry

ACTA Nº. 44 - Posta à discussão, usou da palavra o Vogal Cruz Tavares, para pedir a rectificação de uma palavra que foi mal transcrita, relativa à sua declaração de voto feita aquando da aprovação da doação do Pavilhão de Esgueira ao Clube do Povo de Esgueira, concretamente na pág. 15 - substituir a palavra "contribuição" pela palavra "contrição".

Após a respectiva rectificação, foi a mesma submetida à votação, tendo merecido aprovação por vinte e um votos a favor e sete abstenções.

ACTA Nº. 45 - Finalmente posta também à discussão, não se registaram intervenções, tendo de imediato sido a mesma submetida à votação, me recendo aprovação por vinte e quatro votos a favor e quatro abstenções.

Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se à apreciação e discussão da agenda de trabalhos:

PONTO Nº. 1 - COMUNICAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Ester Martins, Paulo Teixeira Santos e Jorge Nascimento.